

RECURSO ESPECIAL Nº 1.777.131 - MG (2018/0285354-9)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : **FABRICIO JOSE DA FONSECA PINTO**
ADVOGADOS : **LUÍS CARLOS PARREIRAS ABRITTA - MG058400**
 MARCELO MIRANDA PARREIRAS - MG070316
 IARA PARREIRAS CÂNDIDO - MG102959
RECORRIDO : **CARVALHO VALIM COMERCIO LTDA - ME**
ADVOGADOS : **MARCELO OLIVEIRA BARCELOS FILHO - MG111939**
 DEBORA MARIA BORGES NASCIMENTO - MG138452
INTERES. : **ESTADO DE MINAS GERAIS**
PROCURADORES : **SÉRGIO PESSOA DE PAULA CASTRO E OUTRO(S) - MG062597**
 TIAGO SANTANA NASCIMENTO - MG146878
INTERES. : **MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA**
PROCURADORES : **LUCIANO VILELA NUNES - MG077199**
 DANIELA RIBEIRO ARANTES E OUTRO(S) - MG092445
 MARCOS FERNANDO ROSINO LOPES - MG082742

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial, interposto por FABRICIO JOSE DA FONSECA PINTO, com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no intuito de reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (fls. 536-545 e-STJ), assim ementado:

AGRAVO INTERNO – AGRAVO DE INSTRUMENTO – DIREITO PROCESSUAL CIVIL – SANEAMENTO – PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM – REJEIÇÃO – AGRAVO DE INSTRUMENTO – NÃO CABIMENTO – DECISÃO QUE INDEFERE PEDIDO DE EXCLUSÃO DE LITISCONSORTE – AGRAVO DE INSTRUMENTO – NÃO CABIMENTO.

1- Não é recorrível por agravo de instrumento a decisão que rejeita a preliminar de ilegitimidade passiva ad causam na fase de saneamento, haja vista que a hipótese não está prevista no rol do art. 1.015, do CPC.

2- A regra contida no texto do art. 1.015, inc. VII, do CPC, permite a impugnação por agravo de instrumento de decisão de “exclui o litisconsorte”, e não contra decisão que “indefere o pedido de exclusão”.

Opostos embargos declaratórios (fls. 551-558 e-STJ), restaram desacolhidos na origem (fls. 568-577 e-STJ)

Nas razões do especial (fls. 587-603 e-STJ), o insurgente alega violação ao artigo 1.015 do CPC/15, buscando o conhecimento do reclamo originário.

Sem contrarrazões, o apelo extremo foi admitido na origem.

É o relatório.

Decide-se.

A pretensão recursal deve prosperar em parte.

1. Em recentes deliberações, todavia, esta Quarta Turma, aplicando a tese firmada em recurso repetitivo, concluiu que a modulação não pode prejudicar aqueles que interpuseram o recurso, mesmo antes do julgamento proferido por esta Corte.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ROL DO ART. 1.015 DO CPC/2015. TAXATIVIDADE MITIGADA. MODULAÇÃO DOS EFEITOS. AGRAVO PROVIDO.

1. Tema Repetitivo n. 988: "O rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação." 2. Esta tese foi firmada pela eg. Corte Especial, na sessão de 05/12/2018, nos autos do REsp 1.696.396/MT e do REsp 1.704.520/MT, ambos de relatoria da em. Ministra Nancy Andrighi, cujos acórdãos foram publicados em 19/12/2018.

3. Nesse julgamento, modulando os efeitos do decisum, foi consignado que a referida tese somente se aplicaria às decisões interlocutórias proferidas após a publicação desses acórdãos. O objetivo da modulação é resguardar da alegação de "preclusão consumativa" os litigantes que - antes da publicação desses acórdãos - não interpuseram agravo de instrumento porque entendiam que o rol do art. 1.015 do CPC/2015 era taxativo, e, por tal razão, deixaram de recorrer.

4. No caso, a decisão agravada deve ser reformada, porque, equivocadamente, entendeu que a referida modulação de efeitos leva à conclusão de que o "agravo de instrumento" somente seria cabível para as decisões interlocutórias proferidas após 19/12/2018, data da publicação dos acórdãos em que foi fixada a tese do "Tema Repetitivo n. 988".

5. A melhor interpretação ao art. 1.015 do CPC/2015, prestigiando a tese firmada no "Tema Repetitivo 988", é pela possibilidade de interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento no recurso de apelação, logo, não pode aquele julgado ser compreendido em prejuízo daquele que atuou em conformidade com a orientação emanada no Repetitivo, isso independentemente da data em que foi proferida a decisão interlocutória na fase de conhecimento.

6. Agravo interno provido para reconsiderar a decisão agravada e, em novo exame, dar provimento ao recurso especial, a fim de determinar o retorno dos autos ao eg. Tribunal a quo com o objetivo de que promova a análise do cabimento do agravo de instrumento sob o prisma do Tema Repetitivo n. 988.

(AgInt no AREsp 1472656/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 05/09/2019, DJe 25/09/2019)

Assim, tal como decidido no precedente acima, deve ser provido em parte o recurso especial, a fim de determinar o retorno dos autos ao eg. Tribunal a quo com o objetivo de que promova a análise do cabimento do agravo de instrumento sob o prisma do Tema Repetitivo n. 988 - ou seja, para que verifique a eventual existência de urgência que

Superior Tribunal de Justiça

autorize o excepcional conhecimento do recurso lá interposto.

2. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, **dá-se parcial provimento ao recurso especial**, a fim de cassar o acórdão recorrido, determinando o retorno dos autos ao eg. Tribunal *a quo* para que verifique a eventual existência de urgência que autorize o excepcional conhecimento do recurso lá interposto, nos termos da tese firmada no Tema Repetitivo n. 988

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator